

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

UNIVERSITY EXTENSION AS A TOOL FOR DEVELOPING EMANCIPATIONAL EDUCATION

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa¹
Universidade Federal Fluminense

Susana Maria Maia²
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O artigo versa sobre a prática extensionista desenvolvida no âmbito do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, reconhecendo a extensão como possibilidade de atuação da universidade junto aos territórios, como espaços que expressam modos de vida compartilhados, espaços de resistência, solidariedade, organização, memórias e afetos. Destacamos a prática extensionista junto ao Movimento Sem Terra e aos Quilombos como estratégia de fortalecimento de uma educação emancipadora, popular e antirracista. Compreendendo que a universidade pode contribuir diretamente no processo de organização e formação política e de fortalecimento da organização comunitária desses territórios; mas, acima de tudo, a prática junto a esses sujeitos se constitui como um espaço de aprendizado para professoras(es), estudantes e profissionais envolvidas(os). Pensar a extensão na perspectiva da indissociabilidade com a dimensão do ensino e pesquisa, é também trazê-la para dentro das universidades, incidindo em seus projetos político-pedagógicos.

Palavras-chave: Educação Superior; Extensão Universitária; Educação Emancipadora, Popular e Antirracista.

ABSTRACT

This article discusses the extension practice developed within the scope of the Interdisciplinary Department of Rio das Ostras, recognizing extension as a possibility for the university to act in the territories, as spaces that express shared ways of life, spaces of resistance, solidarity, organization, memories and affections. We highlight the extension practice with the Landless Movement and the Quilombos as a strategy to strengthen an emancipatory, popular and anti-racist education. Understanding that the university can contribute directly to the process of organization and political formation and to strengthening the community organization of these territories; but, above all, the practice with these subjects constitutes a learning space for teachers, students and professionals involved. Thinking about extension from the perspective of its inseparability with the dimension of teaching and research also means bringing it into the universities, influencing their political-pedagogical projects.

Keywords: Higher Education; University Extension; Emancipatory, Popular and Anti-racist Education.

¹Doutora em Enfermagem (UFRJ). Professora do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus de Rio das Ostras. ORCID iD: 0000-0001-6838-8062. E-mail: elizabethb@id.uff.br.

²Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus de Rio das Ostras. ORCID iD: 0000-0002-8902-8290. E-mail: smaia@id.uff.br.

INTRODUÇÃO

Vivemos um dos momentos mais desafiadores na história do Brasil. Vemos a precarização das condições de vida do povo trabalhador brasileiro alcançar patamares dramáticos. A fome, a miséria, o desemprego, a carestia, a violência e as crescentes restrições de liberdades democráticas compõem um cenário de grandes retrocessos históricos para o Brasil.

Como parte disso, enfrentamos um período de profundos ataques à educação pública. O orçamento para a educação em 2025 é equivalente ao orçamento de dez anos atrás. Um desfinanciamento que compromete o funcionamento das IES, a qualidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, a permanência dos e das estudantes e as condições de trabalho dos e das docentes.

Marilena Chauí na Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd em 2003 inicia sua fala ressaltando que desde seu surgimento no século XIII na Europa, a universidade se configurou como uma instituição social fundada em dois princípios: o reconhecimento público da sua legitimidade e das suas atribuições; e o princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais. Chama a atenção que a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Alerta ainda que a legitimidade da universidade moderna se fundou na conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.

Junior e Sguissardi (2013) vão trazer o debate de que a economia mundial e a cultura da “Academia”, organicamente articuladas, vêm passando por uma mudança estrutural há décadas. A universidade, em especial a estatal pública, que antes se organizava como uma instituição que, além da formação de profissionais, se ocupava da produção de conhecimento, da extensão e prestação de serviços, transforma-se celeremente em organização que, nas últimas décadas, oferece produtos educacionais em resposta às demandas diretas ou indiretas da mundialização financeira do capital. Ao mesmo tempo em que a mundialização aponta, entre outros, para programas de empreendedorismo e inovação, seus processos econômicos tendem a desestabilizar a já bastante precária autonomia acadêmica e institucional.

As atuais tendências neoliberais, hegemônicas em escala planetária, impõem uma lógica que entende a universidade como uma “organização social prestadora de serviços”, cuja legitim-

idade passa a estar na sua eficácia para se adaptar ao meio, sua flexibilidade para acompanhar e estar em sintonia com as exigências de conhecimentos desse meio, porém sem questionar suas origens, nem suas finalidades. A universidade entendida como organização social, abandona a perspectiva de universalidade, pois suas prioridades não estão pautadas pelos conflitos e contradições sociais mais expressivas; antes, pela sua capacidade de ter sucesso num ambiente cada vez mais exigente (Junior e Sguissardi, 2013).

O avanço do conservadorismo e das ideias da extrema-direita, que, no campo da educação, buscam apropriar-se cada vez mais do fundo público, por meio do empresariamento, das parcerias público-privada, bem como disputar pedagogicamente o projeto educacional, por meio do currículo, da avaliação, da formação de professoras(es).

O governo Fernando Henrique Cardoso realizou um profundo reordenamento interno das universidades públicas, particularmente as Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, através da venda de “serviços educacionais”. A relação entre a venda de “serviços educacionais” e a expansão do acesso à Educação Superior será materializada através da oferta de cursos pagos, especialmente cursos de pós-graduação *lato sensu*; do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas para realização de consultorias e assessorias viabilizadas através das fundações de direito privado; da concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta em parcerias com empresas públicas e privadas, considerados cursos autofinanciáveis, isto é, cursos pagos, entre outros mecanismos internos de privatização (Lima, 2014).

A pandemia de Covid-19, sem dúvida, foi um desencadeador de uma série de alterações no trabalho educacional, implantando, mesmo depois do encerramento das medidas emergenciais, o trabalho remoto e o ensino híbrido. A partir de 2022, o Conselho Nacional de Educação-CNE passa a elaborar Diretrizes Nacionais orientadoras para o desenvolvimento da educação híbrida, delineando sua implementação definitiva no sistema educativo brasileiro, da educação básica à pós-graduação (Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica, Parecer CNE/CP nº 14/2022, Parecer CNE/CP nº 34/2023). Aproveitando este processo, as empresas educacionais e de tecnologia estabeleceram parcerias com as redes de ensino e firmaram contratos milionários.

Nesse sentido, podemos afirmar que através da extensão universitária – e essa vinculada organicamente às atividades de ensino e pesquisa – pode se resistir às atuais tendências mer-

cadológicas em curso na universidade, bem como construir germens de outra universidade, uma que paute sua atuação em iniciativas para enfrentar os problemas sociais mais urgentes do nosso tempo (Barbosa et.al, 2018, p. 537).

Neste artigo nos propomos apresentar duas experiências extensionistas desenvolvidas junto a dois territórios, de assentados(as) da reforma agrária e quilombolas, enfatizando a extensão universitária enquanto ferramenta para uma **educação emancipadora, popular e antirracista**.

A EXTENSÃO A PARTIR DO PROJETO DE UNIVERSIDADE QUE DEFENDEMOS

Nossa concepção de extensão universitária é expressão direta do projeto de universidade que defendemos e buscamos construir: uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, antipatriarcal, antirracista, antissexista, anticapacitista e socialmente referenciada nos interesses da classe trabalhadora. Seguindo os princípios da construção histórica do movimento docente no âmbito do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN):

Queremos uma universidade que interaja com toda a sociedade e uma educação que forme os sujeitos históricos para uma transformação radical, que liberte as potencialidades de construção de um espaço social pertencente a homens e mulheres de todas as origens, comprometidos tão somente com o produzir e o partilhar da arte e da cultura, da ciência e da técnica e de todos os saberes erigidos nos limites de sua finitude, mas de alcance universal. (ANDES, 2013, p.10)

A universidade é reconhecida enquanto “patrimônio social”, caracterizado pela produção e transmissão da “experiência cultural e científica da sociedade, constituindo-se enquanto uma instituição de interesse público”, onde suas funções básicas circunscritas ao **ensino, pesquisa e extensão**, “devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar” (ANDES, 2013, p.17).

Uma das elaborações que marca nossa concepção da extensão universitária é a construção elaborada no âmbito do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, de 1987, organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX).

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 1987, p.28)

Nesta perspectiva, a prática extensionista desenvolvida no âmbito do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras tem como uma de suas marcas, o reconhecimento da extensão como possibilidade de a atuação da universidade junto aos territórios, como espaços que expres-

sam modos de vida compartilhados, espaços de resistência, solidariedade, organização, memórias e afetos. Compreende-se que a universidade pode contribuir diretamente no processo de organização e formação política e de fortalecimento da organização comunitária desses territórios; mas, acima de tudo, a prática junto a esses sujeitos se constitui como um espaço de aprendizado para professoras(es), estudantes e profissionais envolvidas(os).

As Universidades ainda têm muito a aprender nos e com os territórios insurgentes e os sujeitos que lutam há séculos contra a forma opressora e predatória do capital produzir. Nesta forma de produção, na qual riqueza e pobreza são faces da mesma moeda, os trabalhadores: homens, mulheres e crianças, negras, negros, periféricos, imigrantes, são cada vez mais descartáveis. E na corrida desenfreada pelo domínio e exploração de terras e territórios ainda ocupados e defendidos por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, esse mesmo capital deixa um rastro de morte. E nós, que nos inserimos em universidades que, com muita luta, defendemos uma educação pública, gratuita e popular, devemos estar juntos destas lutas, destes povos; e em nossas inserções, ao mesmo tempo que dialogamos com estes sujeitos na produção de pesquisas e ações extensionistas, podemos contribuir para o fortalecimento de seus protagonismos e o acesso a direitos e políticas públicas. (Soares, Maia, 2022, p.56-57)

Pensar a extensão na perspectiva da indissociabilidade com a dimensão do ensino e pesquisa, é também trazê-la para dentro das universidades, incidindo em seus projetos político-pedagógicos. Nesse movimento, é possível identificar que a concepção de extensão expressa, de forma direta, diferentes projetos para a universidade pública.

Não objetiva esse artigo em desenvolver uma análise da disputa destes projetos em curso e seu impacto na extensão universitária, mas não podemos deixar de pontuar o quanto essa correlação de forças incide sobre o processo vivido atualmente de **creditação da extensão universitária**. Vale pontuar que é no contexto de disputadas de projetos de universidade – e de extensão – que, a partir de 2001, o Plano Nacional da Educação prevê a creditação da extensão nas Universidades Públicas. Em 2018, o Conselho Nacional de Educação vai regulamentar a extensão universitária, após décadas de discussão, por meio da Resolução CNE/CES Nº 07/2018.

Apesar de surgir em atendimento ao anseio pela valorização da extensão, a implementação da Resolução se deu de maneira açodada e sem o devido acúmulo pela categoria. Além disso, assim como as resoluções internas das Instituições de Ensino Superior (IES), não prevê disponibilidade de recursos para que a creditação da extensão ocorra e garanta, inclusive, a segurança a estudantes e trabalhadores(as) da educação envolvidas(os). Há apenas indicação de que o PDI das IES contemple “a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão”. Outro aspecto importante a mencionar nesta direção, é o Parecer 576/2023 do CNE, o qual permite que as atividades de extensão sejam desenvolvidas de forma remota, síncrona ou assíncrona, podendo ser de 20 ou 30%, dependendo do tipo de atividade. Sem ter orçamento

garantido, docentes, técnicas(os) administrativas(os) e estudantes desembolsam seus próprios recursos para fazer a extensão funcionar. Há, ainda, a transformação da atividade de extensão em prestação de serviços, desvirtuando por completo o que deveria ser a extensão.

Diante desses cenários postos, que incidem diretamente no projeto de extensão e de universidade que defendemos, urge a necessidade em reafirmar os princípios presentes no Caderno 2 do ANDES-SN:

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. As ações advindas desses projetos devem ser gratuitas e seus resultados, mesmo quando fruto de convênios, devem ser publicizados sem restrições, permitindo a sua apropriação pela sociedade. Os projetos de trabalho acadêmico oriundos de propostas de extensão devem estar associados ao avanço da pesquisa social, cultural, artística, científica e tecnológica, sem submeter-se a interesses de mercado ou envolver trabalho de adaptação tecnológica para a indústria, que deve investir neste tipo de atividade. É necessária a destinação anual orçamentária específica para execução dessa política de extensão, que será administrada por comissão paritária de professores, técnico administrativos, estudantes e administração universitária (ANDES-SN, 2013, p.20-21).

A prática extensionista no âmbito do Departamento Disciplinar de Rio das Ostras (RIR) procura dialogar e materializar os princípios e concepção expressos nestas poucas linhas, em uma direção coletiva de extensão popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipadora.

Em um levantamento recente realizado pelo Núcleo de (NDE) do Curso de Serviço Social no bojo da discussão da proposta de curricularização de extensão do Curso, foram levantados entre os anos de **2006 a 2022**, 41 projetos e programas de extensão, muitos destes replicados ao longo dos anos. Neste artigo nos propomos apresentar duas experiências extensionistas desenvolvidas junto a dois territórios, de assentados(as) da reforma agrária e quilombolas.

A EXTENSÃO JUNTO AO MOVIMENTO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) RURAIS SEM TERRA (MST)

Arroz deu cacho e o feijão floriô, milho na palha, coração cheio de amor.

Povo sem-terra fez a guerra por justiça, visto que não tem preguiça este povo de pegar,

Cabo de foice, também cabo de enxada, pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.

Com sacrifício debaixo da lona preta inimigo fez careta, mas o povo atravessou

Rompendo cercas que cercam a filosofia, de ter paz e harmonia para quem planta o amor.

Erguendo a fala gritando Reforma Agrária, porque a luta não para quando se conquista o chão

Fazendo estudo, juntando a companheirada, criando cooperativa pra avançar a produção.

Floriô, Zé Pinto

Desde 2010 o Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras vem desenvolvendo uma atuação sistemática junto aos movimentos sociais, em especial ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) por meio de programas, projetos e ações de extensão, dentre os quais se destacam: Programa Universidade Itinerante (2013); Programa Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares (2013 a 2017); Projeto de Extensão Terra, Saúde e Direitos (desde 2018); Projeto Mulheres da Terra que Cuidam e Curam (desde 2023), além de mensalmente fomentar e organizar de Feiras Agroecológicas no Campus Universitários da UFF em Rio das Ostras (a partir de 2014).

Dentre as frentes de atuação construídas junto às comunidades organizadas nos territórios, destacamos: atividades de formação humana, política e cultural; de educação popular em saúde; estudos socioeconômicos e epidemiológicos; articulação com a rede de serviços socioassistenciais locais e regionais; registros da memória histórica das comunidades rurais; trabalhos de reflexão e produção com mulheres, com jovens, dentre outras. As atividades realizadas nas áreas da Reforma Agrária orientaram a realização de trabalho similar com comunidades rurais de Rio das Ostras, Macaé e Campos dos Goytacazes, em diálogo com movimentos sociais que lutam pela terra, contribuindo com o fortalecimento destes territórios de reforma agrária e agricultura familiar na perspectiva dos direitos humanos e de cidadania, agroecologia e soberania alimentar. Todos esses processos extensionistas foram articulados à formação profissional de discentes dos diversos cursos existentes no campus – Enfermagem, Serviço Social, Psicologia, Produção Cultural, Engenharia de Produção e Ciência da Computação.

Nossa aproximação com a comunidade do *Assentamento Osvaldo de Oliveira* se dá a partir de 2010, quando um grupo de 200 famílias organizadas pelo MST ocupou a então fazenda “Bom Jardim”, em Córrego do Ouro, no município de Macaé-RJ. As famílias, marcadas pelo desemprego e o processo de pauperização resultante, provinham dos municípios vizinhos de Rio das Ostras, Macaé, Cabo Frio e Casimiro de Abreu, todos localizados na Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro. Nascia assim, no dia 7 de setembro, o Acampamento Osvaldo de Oliveira que se tornaria assentamento em 2014, sob a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Ocupações de latifúndios improdutivos organizados por movimentos sociais do campo não são novidades no Brasil e na América Latina, onde a concentração da propriedade da terra e a democratização do seu acesso é tão desigual entre as classes sociais. De modo geral, através das

ocupações os movimentos sociais pressionam o Estado para que garanta o preceito constitucional sobre a *função social da terra* (art.186 da CF.88) e realize as desapropriações previstas por Lei para fins de Reforma Agrária.

O contato com a Universidade Pública nasceu pela iniciativa do movimento social que buscou apoio e assessoria para enfrentar a alta vulnerabilidade em que se encontravam as famílias. Muitos idosos, crianças, jovens e adultos estavam abrigado em barracos de bambu e lona, sem assistência nem acesso a direitos; sem proteção social alguma. Num primeiro momento, uma vez ouvidas as famílias e as/o representantes do MST, respondemos às demandas mais urgentes e construímos de forma conjunta ações e atividades na área da saúde e de formação política e humana, que nos permitiram conhecer importantes aspectos socioculturais, econômicos e sanitários da comunidade. Como equipe extensionista, acompanhamos esse período extremamente duro da vida desse Acampamento; tempo marcado por mais de um despejo violento por parte do Estado, sem apoio dos poderes públicos, tendo que realizar diversos deslocamentos e com uma precariedade generalizada nas condições de vida, alimentação, moradia, cultura, lazer, sexualidade (RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO- SIGProj EDITAL PROEXT 2013).

Quando propomos a construção de diálogos com experiências organizativas de movimentos sociais e populares, é importante tornar visíveis as chaves teóricas que iluminam nossas reflexões e ações. Os movimentos sociais e populares têm tido centralidade na resistência e denunciado o neoliberalismo desde a década de 1990. Dentre estes, podemos destacar o Movimento das(os) Trabalhadoras(es) Rurais Sem Terra (MST), que, enquanto movimento camponês, acumula uma história de organização no enfrentamento ao latifúndio – e às suas consequências degradantes na vida social, na natureza, na relação campo-cidade – e da sua expressão mais recente: o agronegócio (Barbosa et.al, p. 534-535).

Do ponto de vista metodológico, trabalhamos com referência em metodologias que valorizem a participação e fortalecimento político dos movimentos e comunidades com os quais dialogamos e supere a relação vertical que orienta muitas intervenções da universidade. A educação popular, neste sentido, é resgatada como uma proposta pedagógica e política onde a produção e apropriação de conhecimentos sobre a sociedade desigual em que vivemos, se direciona à transformação dessa realidade a partir do protagonismo dos sujeitos subalternos, considerando a importância do trabalho de base, a democratização do poder, a tomada de decisões coletivas, a auto-organização dos trabalhadores (Barbosa et.al, p. 534-535).

No livro *Extensão ou comunicação?* Paulo freire afirma que:

...estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular [...] seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (Freire, 2020, p. 39).

Acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária são territórios onde trabalhadoras(es) rurais ensaiam tentativas de reprodução da sua existência na contramão das relações de produção hegemônicas, advindas do agronegócio. Ditos territórios, supõem uma intensa vida comunitária que envolve a produção, a organização do espaço e o convívio social, a capacitação, a formação política e humana e se traduz em cooperativas, associações, mutirões, feiras, campanhas, construção de moradias, mas também na prática permanente de resolução coletiva de necessidades. São espaços onde se experimenta a auto-organização coletiva para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, ressignificando trajetórias de vida marcadas pela pobreza e a negação dos direitos mais elementares. Apesar dessa complexa realidade, acampamentos e assentamentos são territórios em disputa, onde luta-se para a reconstrução da sociabilidade da classe e se tenta construir outro tipo de relações humanas; nesse sentido, falar em território tem um significado muito mais profundo que “propriedade” ou “posse” da terra (Marro, et.al, 2021).

Apesar das inúmeras dificuldades e contradições que se observam nesses territórios, entendemos que é um espaço privilegiado para observar o fato de que as reivindicações construídas por esses sujeitos não são passivas ou despidas de conflitos coletivos. São territórios fundamentais para aprender o significado das lutas coletivas para a conquista dessas políticas sociais, na perspectiva da ampliação da cidadania dos subalternos.

O trabalho realizado numa perspectiva interdisciplinar, a aprendizagem dos instrumentos de assessoria técnica e política que a Universidade pode desenvolver junto aos movimentos sociais, a apropriação de instrumentos de mobilização e educação popular utilizados para a realização das atividades de organização interna ou de formação. Ensaíamos a construção de propostas de trabalhos *com* e não *para* os territórios: criando assim verdadeiras oportunidades de formação política, profissional e humana, pautadas na perspectiva dialógica e comunicativa que são pilares essenciais da educação popular (Marro, et.al, 2021).

Por ser produto de uma experiência de extensão universitária realizada junto a um movimento social como o MST, resgatamos as contribuições substantivas surgidas e os impactos progressivos na democratização e abertura dessa instituição às necessidades das classes subal-

ternas, por exemplo, pautando novas agendas de ensino, pesquisa e extensão; contribuindo com o redimensionamento crítico da formação universitária de docentes, estudantes e profissionais; promovendo a construção de criações coletivas de trabalho que enriquecem a vida político-acadêmica e a função social da universidade pública. Desafiamos modelos tradicionais de extensão, que reproduzem práticas de tutela que pretendem equivocadamente “estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta” (Freire, 2020, p. 25).

Cabe lembrar que o nosso trabalho de extensão vem sendo fundamental na garantia do acesso a um conjunto de direitos de comunidades rurais como as do Assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé. Diversas ações desenvolvidas no assentamento em parceria com o poder público ou em diálogo com a justiça, assim o demonstram: a) Parceria com o Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) de Macaé, realizada em 2016 no Assentamento, identificando demandas de violência contra as mulheres ou condições e necessidades de saúde das famílias para construir o acesso à rede de saúde, demandas de assistência, intervenções do setor de zoonoses, etc.; b) Representação de um membro da nossa equipe no Comitê Assessor do Programa de Desenvolvimento Sustentável, junto aos assentados e diversas entidades governamentais e científicas; c) Elaboração de Relatório da equipe técnica interdisciplinar e interinstitucional em atendimento a demanda das famílias do Assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé, que buscou mostrar a viabilidade deste assentamento e foi inclusive referenciado na decisão judicial, processo nº 0000773-11.2012.4.02.5116 (2012.51.16.000773-2) da Vara Federal única de Macaé, que deliberou pela manutenção do Assentamento.

No trabalho com os territórios, a equipe de docentes e estudantes se reúne para o planejamento de ações de acordo com a demanda levantada pelas famílias, encaminhando ações e oficinas de formação política, de saúde, de cultura com temas relacionados à organicidade interna da comunidade a partir das necessidades e demandas observadas na relação que se constrói entre a Universidade e os diversos sujeitos envolvidos. Realizamos ao longo desses anos a construção de um conjunto de oficinas nos seguintes sub **eixos**: (i) Grupo focal e diagnóstico participativo em saúde; (ii) Reflexões sobre o “espaço vivido” e o meio ambiente a partir da produção coletiva de fotografias; (iii) Saúde de crianças vulneráveis, prevenção e combate à verminoses: tratamento farmacológico, fitoterápico e práticas educativas; (iv) elaboração e aplicação de um questionário com o objetivo de reconhecer as famílias assentadas e a construção de um diagnóstico de saúde das mesmas; (v) associativismo e produção agroecológica cooperativa; (vi) igualdade de gênero

e sexualidade. O trabalho de educação popular em saúde é outra das nossas frentes de trabalho, constituindo-se como um campo multidisciplinar para a construção de novos sentidos e práticas de saúde, buscando, através do diálogo e a troca de saberes entre a universidade e os movimentos sociais, uma maior autonomia no que diz respeito às condições de vida e de saúde das comunidades. A educação popular em saúde dialoga com a realidade local, considerando a singularidade dessas comunidades para atender as reais necessidades e problemas enfrentados.

Vale pontuar que, desde 2014, estamos no fomento e na organização de Feiras Agroecológicas no Campus Universitários da UFF em Rio das Ostras, assim como na organização da JURA – Jornada Universitária da Reforma Agrária, abordando temáticas de interesse das comunidades.

Ao longo desses 15 anos as experiências extensionistas nos territórios da reforma agrária tem contribuído para o desenvolvimento de uma educação emancipadora, promovendo a autonomia, a reflexão crítica e a transformação social dos envolvidos, estudantes, docentes e as comunidades rurais.

A PRÁTICA EXTENSIONISTA JUNTO A TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

O termo quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma organização criminoso reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas

Nego Bispo

A questão quilombola sempre foi uma das prioridades nas ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, devido à trajetória e envolvimento de parte de seu corpo docente.

Os Quilombos são territórios de ancestralidade, luta e resistência (Moura, 1993). Sua existência é marcada pela luta e sobrevivência desde a constituição dos primeiros quilombos, ainda como territórios de refúgio de negros e negras ex-escravizados(as). Ainda hoje, os(as) quilombolas lutam pelo reconhecimento de sua territorialidade, sua ancestralidade, sua identidade e seus direitos. Como adverte Nego Bispo, mesmo pós Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, “a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios” (Santos, 2015, p.49).

Historicamente, os territórios quilombolas têm sido fronteiras para onde o capital avança de forma violenta e predatória, assim como nos territórios indígenas, ribeirinhos, extrativistas e áreas comuns, como rios, mangues e florestas (Soares, 2020). Esse processo combina espoliação e expropriação de terras, gerando destruição, mortes, imposição do medo e do terror nos campos brasileiros, e extinção de modos de viver, de pensar, de produzir e de ser, de povos e grupos

étnicos, ameaçando a sobrevivência destas comunidades. Nos territórios próximos a centros urbanos, a ofensiva também se dá por meio do avanço da especulação imobiliária e grilagem de terras, de grandes empreendimentos e grandes empresas, que vão adentrando e expulsando os verdadeiros proprietários da terra, muitas vezes com o uso de ameaças, violência e até morte, como o caso de Mãe Bernadete, assassinada em 2023, e tantas vidas ceifadas ao longo dos anos.

Diante dessa realidade, a luta pelo território e pela titulação das terras quilombolas tem se configurado, na maioria das comunidades remanescentes, como a luta primeira. É a partir e articulada a ela que se organizam as pautas de lutas por políticas públicas, contra a violência e pelo direito de existência.

A titulação definitiva do território quilombola, que garante a propriedade coletiva, é feita pelo Incra e tem se mostrado como um processo marcado pela disputa do território e avanço da expropriação do capital sob as terras quilombolas. Aspecto que se expressa pelos números de titulação de terras quilombolas no país:

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que pela primeira vez na história brasileira se reconheceu um direito à terra específico para os quilombos, pouco se avançou na implementação da política pública de titulação. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até o momento foram conferidos apenas 116 títulos de terras em benefício de comunidades remanescentes de quilombos, de um total de mais de 3000 comunidades já reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro, e de um total estimado de 6000 comunidades existentes no Brasil. A seguir esse ritmo nas titulações, o Estado brasileiro pode tardar mais de mil anos para titular as mais de seis mil comunidades existentes no Brasil. (CONAQ; Terra de Direitos, 2018, p.135)

O processo de titulação de terras é um processo moroso e desgastante para as comunidades que o requerem. Em geral precisam de consultoria técnica, que muitas das vezes é oferecida por universidades, via pesquisa e extensão. Para além da titulação das terras, essa parceria com universidades, instituições públicas, Ongs e movimentos sociais, também se dá para a defesa e ampliação de garantia de direitos, em uma realidade onde a maioria das comunidades e suas populações se encontram desassistidas pelo Estado.

É nesse horizonte de atuação que se localiza a experiência extensionista desenvolvida por docentes e estudantes do Campus de Rio das Ostras, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Destacam-se, nessa trajetória coletiva, dois marcos na prática extensionista junto aos territórios quilombolas e à questão étnico-racial. Um deles, é a realização da **Semana da Cultura Afro-brasileira**, iniciada no ano de 2011.

A atividade surge com o objetivo de proporcionar um espaço de debates e socialização de conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e a questão social do(a) negro(a) no Brasil, além de

“incentivar a construção de atividades, organizações e articulações que se referissem à temática em questão, assim como, à organização e militância de combate ao racismo, à crítica ao eurocentrismo e ao elitismo acadêmico” (site NEAB). Em 2024, em sua VIII edição, a Semana Afro teve como tema: “*Pretuguês: o que chamam de ERRO, chamamos RESISTÊNCIA!*”. A atividade, que passou a ser desenvolvida enquanto Projeto de Extensão ao longo dos anos, tem se constituído como espaço de encontro, articulação, formação e visibilidade do debate étnico-racial, das identidades, coletivos negros e das comunidades quilombolas. Para além do evento da Semana Afro, realizado no mês de novembro e já incorporado ao calendário acadêmico do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras, o Projeto desenvolve oficinas, rodas de conversa, manifestações culturais, dentro e fora da universidade; além da participação em atividades, festejos e projetos desenvolvidos em Quilombos parceiros, dos quais destacamos o Quilombo de Machadinha (Quissamã/RJ) e o Quilombo São José da Serra (Valença).

As idas aos quilombos envolvem docentes, estudantes, técnicos(as), além de militantes de coletivos negros e comunidade em geral. Têm sido um espaço de imersão em uma realidade ainda invisibilizada, e se tornado um grande elemento mobilizador para o engajamento de estudantes na temática étnico-racial e na (re)construção de suas próprias identidades.

Outro marco importante é a criação do **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB)** no ano de 2017, confluindo pesquisadoras(es) extensionistas, estudantes e militantes vinculados a coletivos negros. O NEAB aglutina ações de ensino, pesquisa e extensão referentes às questões étnico-raciais, à promoção da igualdade racial e das ações afirmativas, à valorização das culturas de origem africana e afro-brasileira, e o apoio e assessoria às comunidades de remanescentes quilombolas.

O Núcleo é cadastrado no Diretório de Grupos do CNPQ com linhas de pesquisa que dão amplitude às temáticas e projetos desenvolvidos: 1) Comunidades Quilombolas: aspectos históricos formadores, identidade e memória, organização e lutas cotidianas; 2) Cultura afro-brasileira, resistência e transformação social; 3) Desigualdades étnico-raciais e Saúde; 4) Movimentos de mulheres negras a partir da perspectiva de classe; 5) Pensamento decolonial e crítica ao eurocentrismo; 6) Questão social e questão étnico-racial no Brasil; 7) Território e lutas populares: o espaço urbano e rural, as lutas quilombolas e organização de coletivos negros no Brasil.

Dentre os projetos desenvolvidos, destacam-se **projetos de ensino**: 1) Grupo de estudos Pensamento Decolonial e Crítica ao Eurocentrismo; 2) Questão étnico-racial e Serviço Social; **projetos de pesquisa**: 1) Covid e saberes populares voltado para população rural; 2) Grupo de

pesquisa fundamentos do Serviço Social e a questão étnico-racial como fundamento da questão social; 3) Insurgências coletivas e práticas de resistências de mulheres quilombolas; 4) Dinâmicas contemporâneas de Quilombos no Maranhão e no Rio de Janeiro: a liderança de mulheres quilombolas na organização política, social e cultural; **projetos de extensão:** 1) Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira; 2) Educação Escolar Quilombola no Quilombo Machadinho; 3) Territórios Quilombolas: terra, trabalho e direitos – ações extensionistas integradas nos Quilombos de Sobara (Araruama) e Maria Joaquina (Cabo Frio); 4) Brasil em Tela: Questão Social e Cinema Nacional e Ciclo de Leituras “Carolina Maria de Jesus”; 5) Covid e saberes populares voltado para população rural; 6) Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: perspectivas antirracistas e práticas emancipatórias em territórios da Região dos Lagos e Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Sob o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, compreende-se a extensão universitária como fonte de formação de professores(as) e estudantes, e potencial fator de transformação da realidade local. As ações de articulação, acompanhamento e formação de coletivos, movimentos sociais e comunidades – como as comunidades quilombolas – necessitam partir de uma escuta qualificada, por meio de um diálogo horizontal que valorize as demandas comunitárias.

Seguindo os aprendizados das metodologias de educação popular (Freire, 2016; Arroyo, 2019; Duriguetto e Baldi, 2012), as ações extensionistas são realizadas através de trocas de saberes, metodologias participativas, priorizando o diálogo direto e horizontal com as comunidades quilombolas desde a concepção/elaboração/planejamento até a realização e avaliação das atividades. Não há como desenvolver extensão universitária sem que seus sujeitos sejam os protagonistas centrais. Esse é um dos principais desafios postos às universidades,

[...] para que construam ações, projetos e perspectivas de análises, que considerem o protagonismo de sujeitos quilombolas, mas também o seu papel na construção de estratégias de fortalecimentos de suas lutas e garantia de direitos, acesso a políticas públicas e preservação de seus modos particulares de vida e cultura. (Soares, Maia, 2022, p.58)

Como ressalta Soares (2021), é preciso reconhecer os Quilombos como territórios de saber, tecnologias e conhecimentos que são passados geração após geração. Sua forma de produção da vida, sua cosmovisão, é um elemento emancipatório (Santos, 2015). Diante disso, as propostas elaboradas pelas universidades por meio de seus programas, projetos e ações de extensão, precisam dialogar com os modos de vida quilombolas e respeitar sua organização social, política e cultural.

[...] as universidades precisam dialogar com estes conhecimentos plurais de forma ética, horizontal, não utilitarista e, fundamentalmente, não invisibilizá-los, nem os deslocar dos sujeitos coletivos que os produzem. A separação entre sujeitos/territórios e seus saberes, tem provocado uma apropriação indevida, ou mesmo, um enaltecimento abstrato de “conhecimentos tradicionais” como se estes existem apartados dos sujeitos que os produzem, reproduzem e mantêm vivos. (Soares, Maia, 2022, p.62)

Esse é um aspecto norteador das ações extensionistas desenvolvidas no âmbito do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras – a preocupação e compromisso de que as atividades desenvolvidas respeitem e contribuam com o processo de organização territorial, política, social e cultural dos Quilombos, a partir do diálogo com suas demandas efetivas. A exemplo do projeto de extensão desenvolvido junto ao Quilombo Maria Joaquina (Cabo Frio) desde 2020. Reapresentado a cada ano no âmbito da Pró reitoria de extensão da UFF (Proex), o projeto foi se adaptando às necessidades e demandas do Quilombo, mantendo seus eixos centrais, porém diversificando o conjunto de atividades de forma a respeitar as particularidades e demandas imediatas do território.

A ação extensionista desenvolvida com os quilombos possibilitam ainda o despertar e reconhecimento de estudantes e pesquisadoras(es) para a caracterização das comunidades quilombolas e o papel potencial da Universidade junto a esses territórios. Identifica-se junto a estudantes que passam pela experiência do contato com os Quilombos – seja como bolsistas dos projetos de pesquisa e extensão, seja pela participação em atividades de formação, rodas e atividades culturais na universidade ou pela visitação aos territórios, seja por meio da realização de disciplinas vinculadas à temática étnico-racial –, uma identificação da centralidade da dimensão étnico-racial na formação sócio-histórica do país e para se pensar o exercício profissional, sendo o debate incorporado em trabalhos de disciplinas dos cursos, projetos de trabalhos de conclusão de curso, ações políticas do movimento estudantil e criação de coletivos de negros e negras.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de possibilitar a aproximação de estudantes à perspectiva de análise étnico-racial, tem sido instrumento didático-pedagógico e político que desperta consciências, identidades, demandas por estudos e pesquisas e militância antirracista. (Soares, Maia, 2022, p.62)

Para além do impacto na formação e exercício profissionais, a experiência com Quilombos, têm possibilitado o despertar e reconhecimento de identidades de estudantes negros e negras, de reafirmação de seus corpos e presença nos espaços públicos e privados, de valorização de seus traços, vestimentas, estéticas, cabelos, combatendo preconceitos, colorindo e “racializando” a universidade!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação emancipadora requer o exercício da autonomia, da crítica e da transformação. A universidade pode ser esse espaço, espaço de agregar conhecimentos, de desnudar realidades, de gerar comprometimento com a transformação da realidade e com processos de reparação histórica a negras(os), indígenas, mulheres, população LGBTQIAPN+, pobres.

Uma educação emancipadora precisa ser **popular** e incidir sobre as formas de **ler e ser no mundo**. Precisa produzir um conhecimento que leve à **conscientização**, que busque desvelar o mundo da opressão e promover o engajamento com sua transformação (Freire, 2016). Compreende-se esse processo de educação como uma relação **dialógica**, onde todos sujeitos são educados por meio de um processo de libertação; processo esse que exige uma inserção crítica na realidade que leve à uma ação-reflexão por meio da **práxis**.

Uma educação emancipadora também precisa ser, necessariamente, **antirracista**. Partimos do entendimento da relação entre raça/etnia e classe como estrutural e estruturante das relações sociais, assim como outras formas de opressão, como a de gênero. A emancipação do sujeito de sua condição de explorado – condição imposta por essa forma de organização da vida social fundada na acumulação da riqueza socialmente produzida – requer a emancipação racial e de gênero – reconhecendo o racismo e o patriarcado enquanto sistemas de poder e de subordinação que estruturam as relações sociais também no capitalismo.

As experiências extensionistas relatadas neste artigo explicitam quais são os corpos marcados pelos processos de exclusão na história – sejam aqueles expressos na disputa pela terra, na disputa pelo reconhecimento de identidades e territórios, nos processos de expropriação e violência. Falamos, em sua maioria, de corpos de mulheres negras e homens negros, de jovens negras e negros das periferias, negras e negros pertencentes às camadas populares, filhas e filhos da classe trabalhadora.

Todavia, importa destacar que, assim como os corpos marcados pela exclusão e exploração, também são corpos negros que se aproximam e apropriam desta realidade por meio da extensão universitária. Muitas e muitos extensionistas são estudantes negras e negros. A extensão também se torna uma facilitadora para que despertem suas identidades, ancestralidades, a realidade local e histórica que estão inseridas(os), o confronto com situações que exigem superação/transformação, e o encontro com possíveis caminhos, marcados pela luta e coletividade.

A extensão universitária enquanto ferramenta para uma **educação emancipadora, popular e antirracista**, precisa promover esse encontro, promover a comunicação de saberes, ser

um ato humanizador onde universidade e comunidade possam educar e educar-se (Freire, 2020). Para tanto, é preciso que, a extensão universitária – na perspectiva da indissociabilidade com a dimensão do ensino e pesquisa –, incida sobre mudanças de paradigmas e de projetos de educação superior; sobre a construção de projetos pedagógicos, currículos e novas pedagogias, verdadeiramente inclusivas; sobre a garantia de políticas de acesso e permanência de estudantes em todo processo de formação; sobre a gestão das universidades na reafirmação dos princípios da democracia, participação e financiamento público.

Os Acampamentos e Assentamentos da Reforma Agrária, e os Territórios Quilombolas, vêm nos ensinando o caminho desde suas origens – *só a luta muda a vida!*

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDES-SN (Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior). Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Caderno ANDES, Nº 2. 4ed.revisada. Brasília, jan.2013.

ARROYO, Miguel G. Paulo Freire: Outro Paradigma Pedagógico? Educação em Revista. Belo Horizonte, Dossiê - Paulo Freire: O Legado Global. v.35, 2019.

BARBOSA, Elizabeth Carla Vasconcelos; SOARES, Maria Raimunda Penha; MAIA, Susana Maria; CRUZ, Suenya Santos da; PICCOLO, Ramiro Marcos Dulcich. Universidade pública e movimentos populares aportes para o debate a partir da experiência do programa de extensão assessoria interdisciplinar em saúde e cidadania a movimentos populares. VIII Simpósio de Questão Agrária do Natra: movimentos sociais, Agroecologia e soberania alimentar (**Anais**). Franca: UNESP- FCHS, 2018, p. 533-548.

CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas); TERRA DE DIREITOS. Racismo e violência contra quilombos no Brasil. Curitiba: Terra de Direitos, CONAQ, 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em 26 janeiro de 2021.

DURIGUETTO, Maria Lucia; BALDI, Luiz Augustinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 26 janeiro de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo, Loyola, 2004.

JÚNIOR, J. dos R. S.; SGUISSARDI, V. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. Espacios en Blanco. (Serie indagaciones). N.23, **Junio 2013**, p.119-156.

LIMA, Katia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. *Revista Universidade e Sociedade*, ANDES-SN. **Brasília**, n.55, p.32 a 43, fev. 2015.

MARRO, Katia Iris; BARBOSA, Elizabeth Carla Vasconcelos; SANTOS, Suenya Santos da. (Orgs.). **Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Territórios insurgentes: a tecitura das lutas e das resistências de mulheres quilombolas. *Revista Katályses*, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 522-531, set./dez. 2021.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 52–67, 2º semestre de 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/52007>. Acesso em 10/03/2025.

SOARES, Maria Raimunda Penha; MAIA, Susana Maria. Quilombos e Universidades: construindo saberes e lutas coletivas. SOARES, Rai et al. (Orgs.) *Relações étnico-raciais e práxis insurgentes*. **Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022**, p.56-71.

Submetido em: 4 de abril de 2026.

Aprovado em: 29 de julho de 2026.

Publicado em: 23 de agosto de 2026.